

TERMO DE REFERÊNCIA PARA RELATÓRIO DE INVENTÁRIO DE BIODIVERSIDADE AQUÁTICA - REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

1. Identificação:

- 1.1. Número da autorização;
- 1.2. Responsáveis Técnicos pela elaboração do relatório e respectiva ART;
- 1.3. Identificação do empreendimento.

2. Relatório Técnico:

- 2.1. Breve descrição do empreendimento e suas características tipológicas, locacionais e de porte, que sejam ambientalmente relevantes.
- 2.2. Breve caracterização das áreas atingidas (ADA, AID e AII) e da área de estudo:
 - 2.2.1. Identificação dos municípios, unidades de conservação, bacias hidrográficas, sub-bacias e principais corpos d'água.
 - 2.2.2. Descrição das diferentes classes de ambientes presentes e de suas áreas, absolutas e percentuais, considerando fitofisionomias, estágios sucessionais, uso do solo e tipos de corpos d'água;
 - 2.2.3. Descrição do clima e variação sazonal.
- 2.3. Análise da interação entre vetores de impacto e bens ambientais relevantes presentes na ADA, AID e AII.
- 2.4. Descrição detalhada do desenho amostral e dos métodos empregados em todas as etapas do estudo, incluindo captura e manejo in situ; coleta e transporte de espécimes vivos, manejo ex situ e destinação a cativeiros; e insensibilização, abate e óbitos.
- 2.5. Apresentação dos resultados encontrados:
 - 2.5.1. Indicação dos dados climáticos ou limnológicos relevantes que possam ter influenciado na atividade ou o comportamento dos diferentes grupos faunísticos nos diferentes pontos amostrais.
- 2.6. Discussão e interpretação dos resultados conforme as perguntas e hipóteses de trabalho, contemplando os impactos reais ou potenciais do empreendimento sobre os bens ambientais relevantes e a qualidade do meio biótico na ADA, AID e AII.

- 2.7. Recomendações, desenhadas com base nos resultados, quanto a:
 - 2.7.1. Necessidade de outros estudos para o aprofundamento do diagnóstico do meio biótico e dos impactos ambientais, como Monitoramento de biodiversidade;
 - 2.7.2. Medidas mitigatórias, reparatórias ou compensatórias de impactos negativos;
 - 2.7.3. Alternativas locacionais;
 - 2.7.4. Realização ou não do empreendimento.
- 2.8. Dados de tombamento dos espécimes coletados que tiverem sido depositados em coleções biológicas.
- 3. Lista dos registros de biodiversidade em arquivo fonte editável (*.xlsx ou *.odx), conforme formulário padrão para registro de ocorrências, eventos amostrais e dados biométricos disponibilizado no sítio eletrônico do IEF, destacando:
 - 3.1. As passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental;
 - 3.2. As constantes em listas oficiais de espécies ameaçadas;
 - 3.3. As migratórias;
 - 3.4. As invasoras;
 - 3.5. As de relevância epidemiológica;
 - 3.6. As cinegéticas.
- 4. Arquivo vetorial eletrônico em formato shapefile (incluindo as extensões *.dbf, *.prj, *.shp, .*shx) ou *.kmz (Google Earth), utilizando Datum SIRGAS 2000 e Sistema de Coordenadas Geográfico (latitude e longitude), parametrizado conforme as normas vigentes da Infraestrutura de Dados Espaciais do SISEMA e contendo os seguintes polígonos:
 - 4.1. ADA, AID e AII;
 - 4.2. Remanescentes de vegetação nativa com a identificação de suas fitofisionomias;
 - 4.3. Corpos hídricos com a identificação do tipo de ecossistema (lótico, lêntico ou intermediário) e da feição (nascentes, rios, reservatórios, lagos, lagoas marginais, brejos, áreas inundáveis e coleções de água temporárias).
 - 4.4. Áreas cársticas;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DIRETORIA DE PROTEÇÃO À FAUNA GERÊNCIA DE PROTEÇÃO À FAUNA AQUÁTICA E PESCA

- 4.5. Unidades de Conservação e suas Zonas de Amortecimento;
- 4.6. Área de estudo e pontos de amostragem com a identificação do método amostral.
- 5. Os documentos em meio impresso deverão ser rubricados por página e assinados pelos responsáveis técnicos pelos grupos taxonômicos.